

Arte

CADERNO

+ educação



Fundação
Volkswagen

Propostas de reflexão e práticas de ensino para professores que atuam com as várias linguagens da arte na escola

INTEGRAÇÃO MUSEU-ESCOLA

Um exemplo na Amazônia

INCLUSÃO

Estudantes com
deficiência no museu

AUDIOVISUAL

Olhar crítico e
desafio expressivo

ARTES VISUAIS

Leitura de imagens
e apropriações

DANÇA

Sociabilização
e diversidade

TEATRO

Mediações com
o contemporâneo

MÚSICA

Currículo, diálogo
e formação

ARTE POPULAR

Aproximar o Brasil
da sala de aula



ACESSIBILIDADE CULTURAL: INCLUSÃO DE PÚBLICOS ESCOLARES COM DEFICIÊNCIAS

Os novos paradigmas propostos pelo conceito de inclusão de alunos e públicos com deficiência em escolas e museus trouxeram mudanças que muito contribuem para uma maior flexibilidade e ampliação dos instrumentos e métodos de aprendizagem

por Amanda Pinto da Fonseca Tojal



Muita coisa mudou em relação ao acesso de deficientes à educação formal e não formal desde que comecei a trabalhar em museus no fim dos anos 1980. Ouvia-se e trabalhava-se na época com o conceito de integração, hoje sabemos que a inclusão é o modelo seguido por todos. O leitor encontrará aqui o relato dessa trajetória, desde as minhas primeiras ações educativas em museus de arte paulistas dirigidas a alunos com deficiências, do início da década de 90, até os dias de hoje.

Tudo começou no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, que nos últimos anos da década de 1980 era referência no Brasil em ações educativas. Abrigava projetos socioeducativos inovadores, cujas parcerias com as redes municipais e estaduais, desde o ensino fundamental ao médio, trouxeram grandes contribuições para a melhoria na qualidade do ensino da arte, tanto na educação formal como não formal. O MAC-USP era visto também como um importante celeiro de pesquisa e reunião de especialistas nessa área, fato devido ao empenho e à vitalidade de Ana Mae Barbosa, arte-educadora e diretora do museu.

Foi nesse ambiente, palco de grandes mudanças, envolvendo novas metodologias de ensino da arte, aplicáveis tanto no âmbito escolar como no museológico, que tive o privilégio de atuar como educadora e pesquisadora, promovendo ações educativas dirigidas aos públicos com deficiência, pessoas até então muito pouco reconhecidas pela sua relevância como visitantes nessas instituições.

Esse trabalho não teria, entretanto, sido posto em prática se, no início da década de 1990, um importante fator não tivesse provocado o meu interesse de pesquisar outros perfis de públicos e a sua inclusão sociocultural: o nascimento de minha sobrinha com deficiência intelectual e as transformações pessoais que decorrem quando uma pessoa com deficiência passa a fazer parte do núcleo familiar. Acrescentou-se também a isso o apoio incondicional que obtive para a implantação desse projeto no MAC-USP, como também a orientação acadêmica que recebi da professora Ana Mae Barbosa, que me autorizou a estagiar em instituições especializadas e de ensino formal que atendiam pessoas com deficiências visuais, auditivas e neuromotoras.

Esses contatos e as parcerias com essas instituições tornaram possíveis a realização do primeiro programa permanente envolvendo ações educativas para públicos com deficiências em museus de arte implantadas naquela década e, posteriormente, em outros museus no Estado de São Paulo – o Programa Museu e Público Especial do MAC-USP – que perdurou de 1991 até 2003, quando

me transferi para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, para implantar um novo programa, o PEPE – Programa Educativo para Públicos Especiais – muito atuante e reconhecido até os dias de hoje.

Finalmente, após todos esses anos de experiência, pude realizar um projeto curatorial e educativo seguindo os padrões de acessibilidade universal: a exposição itinerante *Sentir prá ver: gêneros da pintura na Pinacoteca de São Paulo*, síntese de todas as pesquisas e trabalhos até então desenvolvidos por mim nessa área.

Esses três programas – e as reflexões e experiências por eles fomentadas – serão referências para o desenvolvimento deste artigo, cujo foco é a inclusão de alunos com deficiências no ensino da arte e em espaços museológicos de nosso país.

Da integração à inclusão

Quando iniciei o meu trabalho de ação educativa com pessoas com deficiências, em princípios de 1990, deparei-me com um momento muito importante de transição do movimento da *inclusão escolar*, em substituição ao *conceito da integração*, o que, conseqüentemente, refletia um aumento gradativo de alunos com deficiência em sala de aula, alterando sensivelmente a dinâmica dos trabalhos educativos, tanto das escolas como nas ações educativas das instituições culturais.

Por outro lado, se o conceito de integração visava o princípio da “normalização”, em que o aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) necessitava se adaptar ao sistema escolar regular, o conceito de *inclusão*, ao contrário, busca a criação de condições que garantam o acesso pleno do aluno ao ensino regular, por meio de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais, o que, por decorrência, passa a exigir mudanças que vão muito além das adaptações físicas desses locais, perpassando pelas mudanças pedagógicas, metodológicas e atitudinais, isto é, uma mudança significativa dos paradigmas propostos por um ensino mais padronizado e competitivo para um ensino mais humanizado, que leve em consideração a diversidade dos alunos e conseqüentemente uma dinâmica mais cooperativa do ambiente da sala de aula.

Na prática, a inclusão é um processo gradual, pois, ao pressupor uma redefinição do modelo educacional, demandará um longo período de adaptações e avaliações baseadas, sobretudo, nas concepções existentes anteriormente e implementadas principalmente nas escolas especializadas. Estas deverão passar também por mudanças e adaptações como parcerias com outras instituições ►

educativas, incluindo atendimentos complementares e especializados, no caso de pessoas com comprometimentos mais avançados.

Entretanto, é importante ressaltar que a simples abertura da escola para um processo de inclusão e inserção de alunos com necessidades educacionais especiais (sejam elas de ordem social, cultural ou por limitações físicas ou de aprendizagem) não garante nem uma educação de qualidade, nem uma educação inclusiva e, muito menos, uma sociedade inclusiva.

Essas questões, tão complexas e inquietantes, têm sido exaustivamente debatidas na atualidade por professores, educadores e pedagogos e contribuído para uma extensa produção científica. O importante, porém, é que possam ser levadas em consideração ações engajadas com mudanças estruturais e pedagógicas, mas, sobretudo, mudanças que respeitem, antes de tudo, o ser humano.

Desse modo, tomando por referência alunos com deficiências, público-alvo desta reflexão, fica evidente que medidas radicais que incluam a simples suspensão de serviços, de profissionais e instituições especializadas no âmbito educacional, sem priorizar medidas que incluam a aplicação de recursos de infraestrutura escolar e pedagógica, bem como as formações profissionais necessárias, terão como consequência uma reação denominada “inclusão irresponsável”, que só trará danos a todos, professores, pais, alunos e, principalmente, à sociedade.

Neste ponto, em “O Sistema Educativo Português e as Necessidades Educativas Especiais ou Quando Inclusão Quer Dizer Exclusão”, Luiz Correa de Miranda é bem enfático: “Quando a criança com NEE é meramente colocada na classe regular sem os serviços de apoio de que necessita e/ou quando se espera que o professor do ensino regular responda a todas as necessidades dessa mesma criança sem o apoio de especialistas, isto não é inclusão, nem é educação especial ou ensino regular apropriado – é educação

A simples abertura da escola para um processo de inclusão de alunos com deficiências não garante educação de qualidade nem educação inclusiva

irresponsável”. Não é admissível, segundo ele, ver crianças serem “atiradas” a salas de aula regulares sem apoio algum. É preciso denunciar essas situações, alerta Correa. Muitas vezes, os responsáveis por nossas escolas chamam de inclusão uma atitude semelhante ao do “despejo”.

Ações educativas em museus de arte e a inclusão

Foi nesse momento da história da educação que, ao iniciar o projeto de ação educativa para pessoas com deficiência em museus de arte, me vi diante de duas realidades: a primeira foi o total despreparo tanto dos profissionais educadores como de outros profissionais daquela instituição para receber de forma adequada e sem preconceitos as pessoas com deficiência que visitavam o museu. A segunda foi grande falta de preparo dos professores das instituições de ensino regular para incluir de forma satisfatória os alunos com deficiência na sala de aula, tendo nesse caso, como referência, as aulas de artes do ensino formal.

Essa situação, que, a princípio, poderia aparentar um grande empecilho, passou, ao contrário, a ser um fator de estímulo, um desafio que abriu caminhos para novas pesquisas pedagógicas e tecnológicas, contatos com profissionais e ações educativas fundamentadas no conceito da inclusão, desenvolvidas em instituições culturais e de ensino e, principalmente, a aproximação com a realidade das pessoas com deficiência, seu potencial e suas necessidades.

Para ampliar o conhecimento sobre esse assunto, foram elaborados trabalhos acadêmicos (*veja bibliografia no final do artigo*), com o objetivo de desenvolver novas propostas para o ensino da arte na educação inclusiva. Aliadas às práticas das ações desenvolvidas nos museus para esse público-alvo, tais propostas passaram também a fundamentar o planejamento de *cursos de formação*, ministrados tanto para profissionais de museus e de outras áreas da educação não formal, como também para profissionais da educação formal, pertencentes às redes de ensino pública e privada, conscientes das carências e das novas demandas que a inclusão dessas pessoas exigia.

Com o propósito de subsidiar o planejamento de cursos e programas de arte para públicos e alunos com deficiências, tanto nas escolas como nos museus e espaços culturais, ressaltando a grande contribuição do estabelecimento de parcerias entre essas instituições, os cursos de formação têm por fundamentação teórica e prática o desenvolvimento de cinco conteúdos:

1. o conhecimento das especificidades das deficiências com as quais esses profissionais irão trabalhar;
2. a adaptação da comunicação visual, oral e escrita, a fim de per-

mitir o diálogo e a mediação dos conteúdos de artes aos alunos ou públicos com deficiência; 3. a aplicação de métodos pedagógicos que viabilizem a exploração, o reconhecimento e o aprendizado da arte de forma não somente visual, mas também multissensorial dos conteúdos, abrangendo os sentidos do tato, audição, paladar e olfato; 4. a produção de recursos multissensoriais, como forma de apoio e mediação na exploração e no reconhecimento dos conteúdos artísticos, históricos e ambientais; 5. orientações sobre o estabelecimento de parcerias com instituições formais, não formais e especializadas em pessoas com deficiências, incluindo a participação de pessoas com deficiências (profissionais, artistas ou convidados) em consultorias, palestras, cursos e encontros promovidos por essas instituições.



Dos cinco itens acima apresentados, destacarei, como forma de exemplificar a minha experiência de atendimento a alunos com deficiência em exposições de arte, um fator fundamental para a realização de ações de mediação, tendo em vista a especificidade dos públicos com esse perfil: a necessidade de adaptação dos conteúdos de arte para alunos com deficiências físicas, visuais, auditivas e intelectuais.

A adaptação de conteúdos de arte para alunos e públicos com deficiência requer a pesquisa e a produção de instrumentos de mediação, também denominados recursos de apoio multissensoriais e tecnologias assistivas.

Em princípios da década de 1990, dada a visível ca-

rência desses materiais nos museus de arte de São Paulo, passei a buscar referências de recursos de apoio multissensoriais em outras áreas do conhecimento, como as pesquisas em andamento no Laboratório de Cartografia Tátil da Universidade de São Paulo, instituições especializadas em pessoas com deficiências (Instituto de Cegos Padre Chico, LARAMARA, ADEFAP/Associação para Deficientes da Audiovisão e AACD/Associação de Assistência à Criança Deficiente) e também nos museus de ciências, nacionais e internacionais, cuja vocação já os predispõe à exploração e à interatividade do público com os conteúdos e objetos apresentados.

Foi a partir dessas pesquisas, da aplicação das experiências oriundas de outras áreas do conhecimento e das importantes avaliações realizadas por alunos e pessoas com deficiência, em cursos de artes ou em visitas educativas em museus de arte, que se tornou possível elaborar e justificar a importância da utilização dos recursos de apoio multissensoriais (objetos, réplicas, reproduções em relevo, maquetes, jogos interativos, extratos sonoros, entre outros), instrumentos fundamentais de mediação, com o objetivo de ampliar o uso dos canais de percepção, em favor do conhecimento e da apreciação da arte, de forma não somente verbal (oral e escrita), mas também interativa e experimental.

A relevância da elaboração e utilização desses recursos, tanto nas escolas como nos museus e instituições culturais, justifica-se pela sua abrangência, ao atingir não somente os públicos com deficiência, mas também todos os públicos, os quais se beneficiam desses instrumentos de mediação aliados aos métodos fundamentados pela percepção multissensorial, abordagem que prioriza a inclusão de todos os canais sensoriais, além do visual, como os sentidos do tato, da audição, do paladar e do olfato, como forma de contribuir para a aprendizagem e o conhecimento mais significativo da arte.

Para José Alfonso Ballester, o tato, a audição, a visão, o olfato e o paladar são canais de entrada muito valiosos para aquisição de informações, acrescentando que o desenvolvimento da percepção pela *via multissensorial* predispõe também os indivíduos a uma maior receptividade e sintonia com o meio ambiente e seus semelhantes.

As experiências perceptivas desenvolvidas segundo a abordagem multissensorial possibilitam a melhor compreensão da realidade e também das representações humanas e do meio ambiente, da mesma forma que exercitam e estimulam as potencialidades perceptivas de pessoas com ou sem deficiências e ampliam as capacidades de reconhecimento e apreensão do mundo. ▶

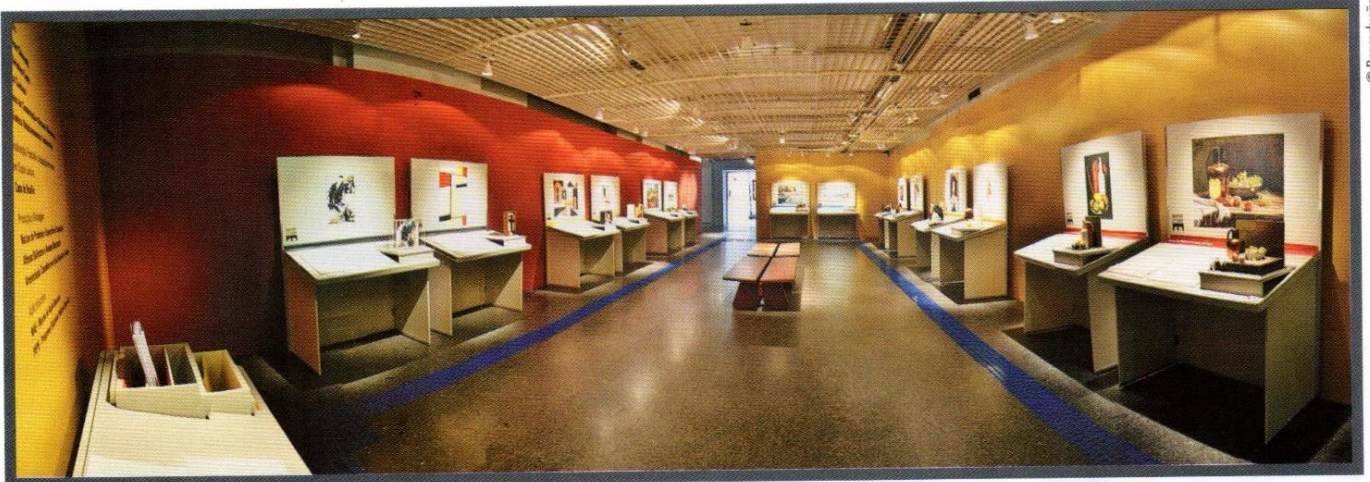
Abordagem multissensorial dos conteúdos artísticos

Referência da contribuição da abordagem multissensorial no conhecimento e na percepção de obras de arte e seus conteúdos é a exposição *Sentir prá ver: gêneros da pintura na Pinacoteca de São Paulo*, em que se desenvolvem propostas educativas para públicos com e sem deficiência, aplicáveis tanto em aulas de artes na escola como em espaços expositivos.

Na exposição há catorze reproduções fotográficas de obras de autores brasileiros, do final do século XIX a meados do século XX, pertencentes ao acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Os principais temas das artes plásticas estão representados nelas: natureza-morta, retrato, cenas, marinha, paisagem rural, paisagem urbana, e abstração. Cada tema aparece em duas obras, nas quais há soluções e tratamentos diferentes para um mesmo motivo, permitindo aos visitantes a possibilidade de leituras comparativas que enriqueçam o seu repertório artístico e cultural.

O projeto curatorial segue os padrões de acessibilidade universal, como forma de permitir tanto o acesso como também traduzir e facilitar a compreensão de obras de arte, principalmente a pessoas com deficiências, contemplando aspectos físicos, comunicacionais e atitudinais.

Vista panorâmica da exposição *Sentir prá ver: gêneros da pintura na Pinacoteca de São Paulo*

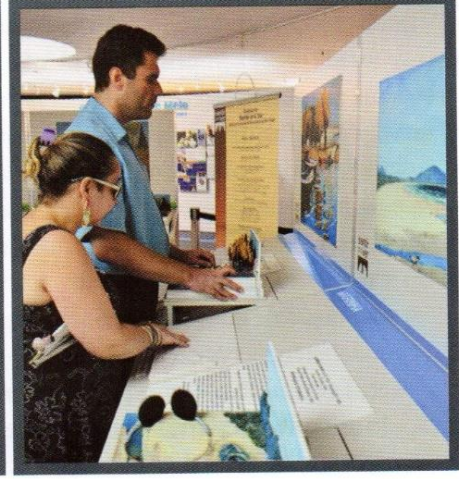
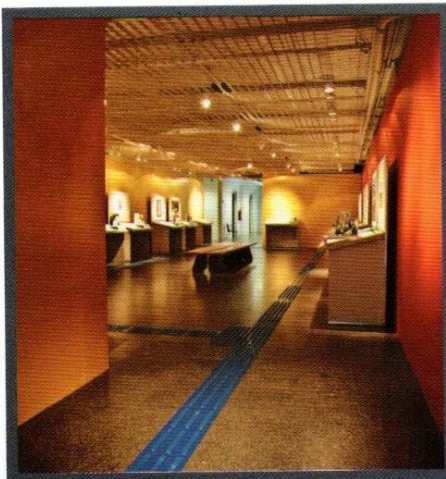


© Reprodução

Aspectos físicos

Acesso adaptado para a circulação de pessoas em cadeiras de rodas e mobilidade reduzida, piso tátil para orientação e segurança de pessoas com deficiências visuais, alcance visual e manual de textos, bases e recursos de apoio para pessoas com e sem deficiência.

Piso tátil para orientação e segurança de pessoas com deficiências visuais. Alcance visual e manual de textos

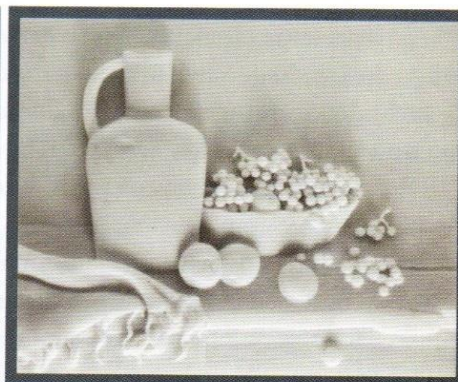
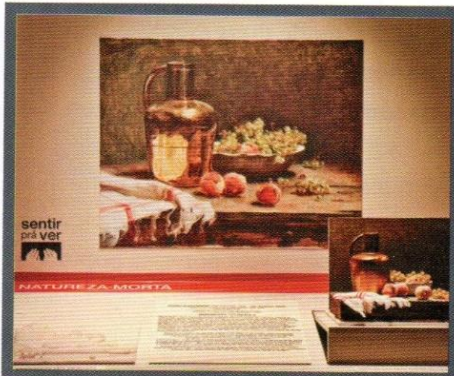


© Reprodução

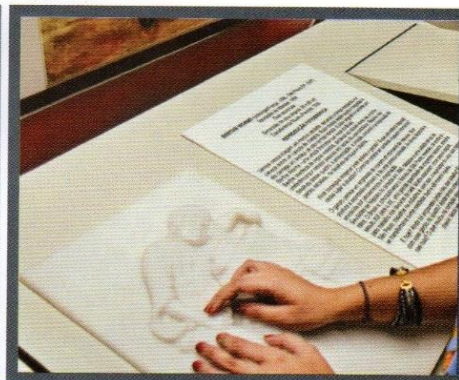
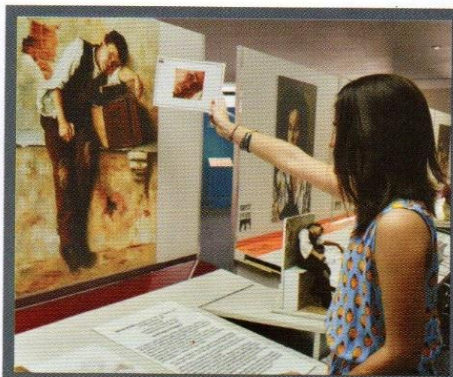
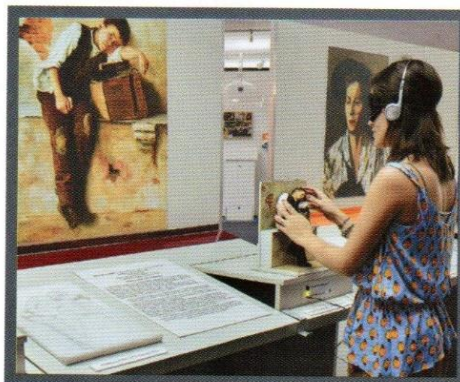
Aspectos comunicacionais

São maquetes táteis tridimensionais de obras de arte, reproduções em relevo texturizado e alto contraste de imagens bidimensionais, jogos associativos de obras de arte com poemas, palavras, extratos sonoros e imagens, objetos referenciais tridimensionais e quebra-cabeças imantados. Além disso, há textos investigativos disponibilizados em áudio e dupla leitura (tinta com caracteres ampliados e braille).

Obra de Pedro Alexandrino, maquetes e reproduções em relevo texturizado

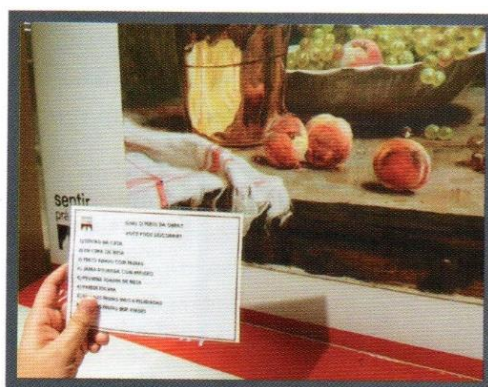


© Pedro Alexandrino, Natureza morta, óleo sobre tela, sem data. Reprodução

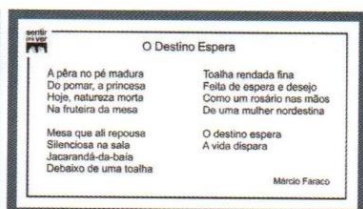


© Reprodução

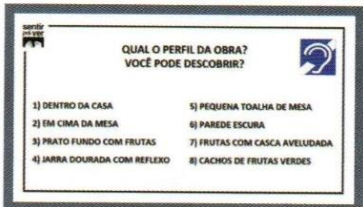
Exploração visual e tátil dos recursos de acessibilidade. Maquete, jogo de associação e reprodução em relevo de obra de arte



Jogos de associação de imagem com poemas, palavras e caça-detalhes



© Reprodução



A acessibilidade universal considera aspectos físicos, comunicacionais e atitudinais para permitir o acesso e facilitar a compreensão de obras de arte

Aspectos atitudinais

Consistem nas ações de formação para todas as equipes das instituições envolvidas, principalmente aquelas ligadas ao atendimento do público, por meio de cursos, palestras e oficinas a professores e educadores, visando a formação desses profissionais para o planejamento de programas e cursos de arte para alunos e os mais diversos perfis de públicos, permitindo a todos o amplo acesso à fruição e apreciação da arte, além de estimular, por meio de todos os sentidos, as múltiplas leituras e interpretações que os objetos culturais têm a oferecer.

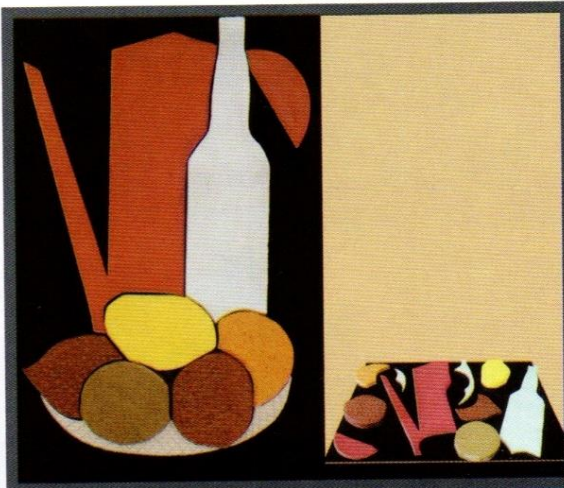
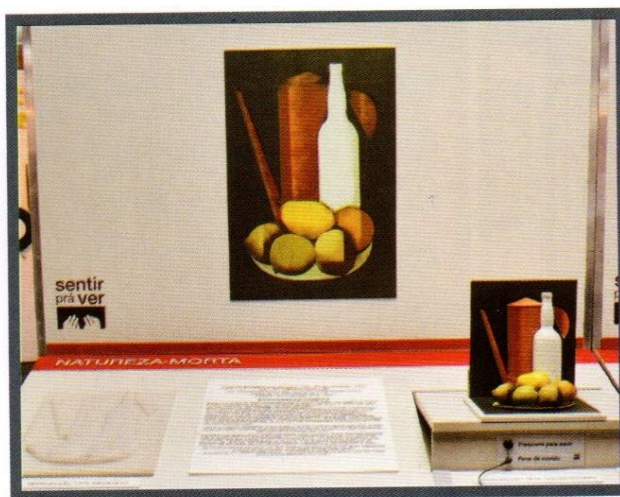
Até o presente momento, *Sentir prá ver* participou de duas exposições, a primeira na Pinacoteca do Estado de São Paulo, no período de abril a julho de 2012, e a segunda no Memorial da Inclusão, Secretaria do Estado da Pessoa com Deficiência de São Paulo, no período de janeiro a março de 2014.

Observou-se, em ambos os casos, uma excelente receptividade do público à proposta. Por um lado, pessoas com deficiências foram reconhecidas em suas necessidades especiais, podendo acessar conteúdos culturais tradicionalmente inexploráveis por essa população e, por outro, pessoas sem deficiências experimentaram uma nova forma de apreciação do objeto artístico, comprovando-se que iniciativas como essa ampliam a comunicação dos conteúdos presentes nos espaços museológicos, que se tornam um real instrumento de inclusão social.

Encontro de formação de educadores e oficinas de produção de recursos de acessibilidade



© Reprodução



© Reprodução
Quebra-cabeça em relevo imantado (à esquerda) da obra de Carlos Scliar, "Sem título" (Natureza-morta), Técnica mista, 1983. Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo (à direita)



Maurício Nogueira, Composição nº 2, óleo sobre aglomerado, 1952. Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo

Sob o signo da inclusão e da diversidade

Os novos paradigmas propostos pelo conceito de inclusão de alunos e públicos especiais em escolas e museus trouxeram mudanças que muito contribuem para uma maior flexibilidade e ampliação dos instrumentos e métodos de aprendizagem, pois, ao se tomar por referência não mais o padrão de normalidade e sim o da diversidade, professores e educadores se veem diante de um universo maior de canais de exploração e apreensão dos conhecimentos, canais esses que poderão ser utilizados de acordo com as especificidades e potencialidades de cada indivíduo.

Desse modo, as pesquisas e relatos de experiências envolvendo ações educativas inclusivas em arte, tendo por alvo principalmente a relação de alunos de escolas inclusivas, instituições especializadas e exposições de arte, são referências que podem auxiliar e estimular professores e educadores, tanto do ensino formal como não formal, a enfrentar com mais segurança o grande desafio que os conceitos de inclusão e diversidade impõem, traduzidos pelas novas e múltiplas respostas a esse vasto e infinito mundo do conhecimento que não se resolve apenas com respostas únicas ou preestabelecidas, mas que é pautado pelas constantes mudanças que a individualidade e a criatividade que cada um de nós empreende. Essa é a condição absolutamente necessária para que possamos, profissionais da educação, efetivamente contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária.

Amanda Pinto da Fonseca Tojal é museóloga, mestre e doutora pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Ministra cursos de formação em Acessibilidade Comunicacional e Ação Educa-

tiva Inclusiva em museus e instituições culturais. É curadora e coordenadora pedagógica das ações de acessibilidade da Exposição Itinerante *Sentir pra ver: gêneros da pintura na Pinacoteca de São Paulo*, desde 2012.

Referências bibliográficas

- ABNT NBR 9050:2004 – *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2004. Disponível em: <www.abnt.org.br>. Acesso em 06/08/2014.
- BALLESTERO-ÁLVAREZ, J.A. *Multissensorialidade no ensino de desenho a cegos*. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27131/tde-21032005-213811/>. Acesso em 06/08/2014.
- CORREIA, Luís de M. O Sistema Educativo Português e as Necessidades Educativas Especiais ou Quando Inclusão Quer Dizer Exclusão. In: *Educação especial e inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. Porto: LDA, 2003.
- GABRILLI, Mara. *Manual de Convivência – Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida*. SMPED (coordenação): Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em: <www.institutomara-gabrilli.org.br>. Acesso em 06/08/2014.
- MATTOS, Edna A. (org.). Educação Inclusiva: reflexões sobre inclusão e inclusão total. In: *Inclusão. Área de educação especial*. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, n° 5, 2004.
- MUSEUS E ACESSIBILIDADE. *Coleção Temas de Museologia*. Lisboa: Instituto Português de Museus (IPM), 2004. Disponível em: <www.ipmuseus.pt>. Acesso em 06/08/2014.
- SOLER, Miquel A. Martí. *Didáctica multisensorial de las ciencias*. Barcelona: Paidós, 1999.
- TOJAL, Amanda P. da Fonseca. *Museu de Arte e Público Especial*. São Paulo, ECA-USP (Dissertação de Mestrado), 1999. Disponível em: <www.arteinclusao.com.br/publicacoes/publicacoes.htm>. Acesso em 06/08/2014.
- TOJAL, Amanda P. da Fonseca. *Políticas Públicas de Inclusão Cultural de Públicos Especiais em Museus*. São Paulo, ECA-USP (Tese de Doutorado), 2007. Disponível em: <www.arteinclusao.com.br/publicacoes/publicacoes.htm>. Acesso em 06/08/2014.

Sites

- INSTITUTO MARA GABRILLI: www.institutomara-gabrilli.org.br
- VER COM PALAVRAS: www.vercompalavras.om.br
- PROGRAMAS DE ACESSIBILIDADE EM MUSEUS E PUBLICAÇÕES DA AUTORA Disponível em: <www.arteinclusao.com.br/publicacoes/publicacoes.htm>.